

Para além do agente (racional): o dinheiro em Karl Marx e Niklas Luhmann

Edemilson Paraná¹

Resumo: revisita-se brevemente neste trabalho as formulações de Karl Marx e Niklas Luhmann a respeito do dinheiro – duas abordagens contrapostas à tendência dominante em caracterizá-lo como neutro e exógeno em relação às variáveis “realmente” econômicas. Além de contribuir para o enriquecimento de reflexões a respeito do dinheiro como fato e relação social, e centrado nesse ponto de mirada, o exercício de irritação mútua entre esses dois autores tenciona iluminar outros aspectos teóricos de fundo referentes à caracterização da economia e sociedade modernas em sua dimensão sistêmica, em oposição a modelos de análise vinculados ao paradigma do agente (racional).

Palavras-chave: Marx, Luhman, dinheiro, sistema, capital.

Introdução

Considerando a divisão do trabalho intelectual comumente aceita, que tende a reservar certos objetos de investigação para o monopólio de algumas disciplinas², em poucos casos tal corte se mostra tão arbitrário quando se trata do dinheiro, objeto que, para prejuízo da economia e da sociologia, segue relativamente subavaliado em ambas as disciplinas.

A ciência econômica, atualmente hegemonizada pelo pensamento ortodoxo, e presa, portanto, a uma abstração da complexa economia de mercado moderna como uma variância do modelo de troca simples, tende a ver o dinheiro de forma limitada: como um

¹ Heterônimo de Edemilson Cruz Santana Junior, doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

² Conforme lembra Pahl (2006, p.73): For the most part, we still face the traditional division of labour between the disciplines of economics and economic sociology that Ganssmann (1996) has called *Oppenheimer's curse*. This expression refers to the unfortunate distinction drawn by the German sociologist and economist Franz Oppenheimer, who argued that economics deal with human/object-relations while sociology deals with human/human-relations (grifos do autor).

mero meio de troca neutro e exógeno. Isso significa dizer que, em mercados sempre tendentes ao equilíbrio, o dinheiro serve como instrumento de mediação entre produção e troca de bens sem afetar no longo prazo as variáveis realmente econômicas, como produto, emprego e consumo real. Na base da construção desse quadro de análise, reside uma simplificação primária da vida econômica em sociedade como um mero agregado de ações e decisões instrumentais-rationais levadas à cabo por um *homo economicus* pleno e auto-determinado, perfeitamente informado e portador de necessidades ilimitadas diante de recursos escassos. Os efeitos de tais premissas draconianas (WEEKS, 2012) definitivamente não pode ser menosprezado em relação ao que enseja para a construção de modelos explicativos na economia, em particular, e nas ciências humanas, em geral.

Apesar dos sociólogos disporem, em clássicos como Simmel (2011) e Marx (2011, 2013), de sofisticadas reflexões sobre inúmeros aspectos do dinheiro, tema presente em distintas leituras sobre o processo de modernização das sociedades tradicionais, aceita-se, de modo geral, a mencionada divisão do trabalho intelectual, deixando a cargo de economistas seu estudo mais aprofundado³. É certo que o conceito de comportamento racional é visto com desconfiança por grande parte dos pesquisadores sociais. No entanto, ainda focados na topologia epistemológica do agente, muitos dos mais reconhecidos autores da área tem deixado escapar aspectos sistêmicos e macro-sociais do dinheiro que guardam enorme importância para a compreensão dos modernos mecanismos de gestão e coordenação da economia contemporânea, em especial em seus graves problemas e crises. É o caso da recente Sociologia das Finanças e dos Mercados Financeiros (Knorr Cetina, K.; Preda, A. 2005; 2013), que, presa a uma micro-sociologia construtivista dos mercados, tende, ao invés de desafiá-las, assumir de modo pouco crítico as leituras econômicas dominantes sobre o dinheiro.

É nesse particular que o exercício de resgate das formulações de Karl Marx e Niklas Luhmann a respeito do tema se faz oportuno. Além de contribuir para leituras e aproximações pouco correntes, auxiliando no enriquecimento de reflexões voltadas ao dinheiro como problema social, a irritação mútua entre os dois autores a partir deste ponto de visão, como espera-se deixar evidente, tem o mérito de apontar para aspectos teóricos

³ Esse quadro vem se alterando, em especial a partir da grande crise financeira de 2008. Destaque para trabalhos sociológicos como os de Nigel Dodd (1994, 2014).

de fundo, mais amplos, no que concerne a compreensão da economia e sociedade modernas em sua dimensão sistêmica.

Sob qualquer ângulo de análise, defendem os autores, o dinheiro não pode ser entendido senão a partir de sua constituição social. É evidente, conforme veremos, que isso muito significa, nos possibilitando partir de premissas e chegar a conclusões, em alguns casos, opostas. De qualquer forma, é patente a necessidade da sociologia e economia superarem divisões arbitrárias trabalhando juntas nesse e em outros temas. Ambas tem a ganhar com esse rico encontro.

Os inúmeros autores do pensamento econômico heterodoxo e da sociologia que tem questionado a visão dominante do dinheiro como um “véu”, neutro e exógeno à economia, defendida com unhas e dentes pela ortodoxia neoclássica, certamente encontrarão em Marx e Luhmann excelentes argumentos para fortalecer seus pontos de vista, contribuindo para a elaboração de análises e teorias sobre o dinheiro. De partida, só isso já justificaria essa revisão: poucas ilusões teóricas tem produzidos mais danos como esta quando vinculadas à aplicação de modelos e políticas econômicas que desconsideram ou subdimensionam a importância do dinheiro em sua não-neutralidade e endogeneidade constitutivas. Para os que pensam de modo distinto, trata-se de uma boa oportunidade para por novamente à teste, no embate com dois gigantes do pensamento social, suas concepções.

Para tal, apresentaremos brevemente as formulações gerais desses dois autores sobre o dinheiro no bojo de suas formulações teóricas mais amplas a respeito da economia moderna. Nessa etapa, daremos especial atenção ao quadro conceitual luhmanniano, em geral menos conhecido do que o marxiano. Feita essa breve apresentação, concluiremos apontando alguns encontros e desencontros entre os autores detectados, novamente, a partir do dinheiro como ponto privilegiado da análise.

O dinheiro como relação social em Marx

Certamente um dos aspectos mais relevantes –e o que mais nos interessa aqui– na conceituação de Karl Marx sobre o dinheiro é sua caracterização, vinculada ao *valor de troca* das mercadorias, como *relação social* constitutiva de organização da vida sócio-produtiva sob o capitalismo. Para além das funções do dinheiro como medida de valor,

meio de circulação e instrumento de entesouramento (BRUNHOFF, 1976), amplamente debatidas na literatura, é precisamente essa conceituação que permite enxergá-lo em sua unidade sistêmica, de modo a englobar as funções acima mencionadas, elas mesmas entendidas *lato sensu* como relações sociais imbricadas entre si.

Na frase que abre *O Capital I*, Marx aponta que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (2013, p.113). Daí porque começar sua análise por elas. Essas mercadorias, explica o autor, são produzidas por meio de processos de trabalho que, em tal modo de produção, assumem uma contradição fundamental: são ao mesmo tempo privados e sociais. Privados porque realizados por produtores separados e aparentemente independentes entre si; sociais porque mobilizados na produção de mercadorias para serem trocadas por outras mercadorias, em atos de compra e venda, vinculados a uma dada divisão do trabalho social que, desse modo, torna tais trabalhos particulares dependentes socialmente uns dos outros. Faz-se necessário, então, um mecanismo capaz de resolver de alguma forma, ainda que movimentando-a no tempo, tal contradição constitutiva. Esse mecanismo é o valor de troca, representado socialmente no dinheiro – o objeto de nossa reflexão. Essa “representação”, no entanto, não é “neutra” (como um “véu” a encobrir a verdadeira natureza de uma troca simples entre mercadorias); representante e representado relacionam-se aqui de modo a constituírem-se mutuamente.

Em resumo, todas as propriedades enumerados como propriedades particulares do dinheiro são propriedades da mercadoria como valor de troca; propriedades do produto como valor, à diferença do valor como produto. O valor de troca da mercadoria, como existência particular ao lado da própria mercadoria, *é dinheiro*, a forma na qual todas as mercadorias se igualam, se comparam, se medem; em que todas as mercadorias se resolvem, aquilo que se resolve em todas as mercadorias; o equivalente universal (MARX, 2011, p. 92, grifos do autor).

Conforme pontua Mollo (2010)⁴, a “resolução” das mercadorias em tela não é outra coisa senão a resolução da contradição privado-social constitutiva do trabalho sob o capitalismo. No entanto,

⁴ Sem adentrar ao denso embate que enseja, cumpre registrar que, para além da referência basilar acima apontada, e seguindo-a nesse particular, a síntese aqui organizada é tributária em larga medida das idéias sobre valor e dinheiro presentes em Rubin (1978); De Brunhoff (1976); Mollo (1991). Para uma comparação entre várias concepções marxistas de valor, ver Saad-Filho (2011).

Resolver a contradição privado-social não a elimina, mas permite que, apesar da sua existência, a sociedade produtora de mercadorias não possa ser vista como um caos. Há conexão, há a possibilidade efetiva de funcionamento, porque a divisão social do trabalho se faz. Ou seja, há uma forma de fazer a equivalência das mercadorias, de dividir tarefas e distribuir produtos do trabalho nesta sociedade, mesmo que de forma complexa e indireta, por meio de um terceiro, o dinheiro, que é o equivalente geral (MOLLO, 2010, p. 5).

Dessa forma posto, fica evidente que o dinheiro é a forma de aparecimento, ou a representação social do valor como tempo de trabalho socialmente necessário na produção das mercadorias. É precisamente ao ser trocado por dinheiro que o trabalho privado ou particular pode adquirir caráter universal.

Portanto, para realizar a mercadoria de um só golpe em valor de troca e lhe conferir a eficiência universal do valor de troca, não é suficiente a troca por uma mercadoria particular. A mercadoria deve ser trocada por um **terceira coisa** que, por sua vez, não seja ela mesma uma mercadoria particular, mas o símbolo da mercadoria como mercadoria, o próprio valor de troca da mercadoria; *portanto, que presente, digamos o tempo de trabalho enquanto tal*, digamos um pedaço de papel ou de couro que represente uma parte alíquota de tempo de trabalho. **(Um tal símbolo presume o reconhecimento universal; só pode ser um símbolo social; expressa de fato apenas uma relação social).** (MARX, 2011, p.94, grifos do autor, ênfase nossa).

Fica patente aqui, na caracterização do dinheiro como representação socialmente instituída, o modo de como valor e dinheiro, operando de forma complexa, se encontram como formas e relações sociais objetivas e inconscientes, conformando, na inseparabilidade de ambos, o elemento fundamental de gestão de contradições no interior do modo de produção capitalista, caracterizado por não dispor de planejamento prévio-racional da produção. O dinheiro é, assim, um “validador social das mercadorias ou dos trabalhos privados nelas contidos” (MOLLO, 2010, p.15), assumindo, dessa maneira, uma forma existente de unidade de todas as mercadorias, de modo a possibilitar seu nexos sistêmico⁵.

Tendo em vista o papel social que assume o dinheiro, a socialização dos trabalhos individuais realizada por meio da troca de mercadorias não pode se dar no capitalismo

⁵ Esse processo, naturalmente, não está livre de desencontros e injunções, pelo contrário, está ele mesmo, como sabemos, na base de constituição de crises capitalistas relacionadas à autonomização (sempre relativa) da circulação face à produção, algo que não pretendemos discutir nesta ocasião. Cumpre apontar brevemente, então, que: “O dinheiro precisa surgir como exterior à mercadoria para representar trabalho social, mas como exterior à mercadoria, torna a própria conversibilidade da mercadoria em dinheiro sujeita a condições externas. A cisão da compra e da venda em atos separados espacial e temporariamente abre possibilidades de crises. A autonomização das trocas ou do comércio como função de comerciantes da produção, faz com que a produção trabalhe imediatamente para o comércio e só mediatamente para o consumo, tornando-se presa da incongruência entre comércio e troca para consumo que ela mesma gera” (MOLLO, 2010, p. 10).

senão por meio dele. Como elemento por meio do qual se realiza a abstração do trabalho, o dinheiro valida socialmente os trabalhos privados mobilizados na produção de mercadorias. É apenas na venda (confronto entre mercadorias por meio do dinheiro) que o valor se realiza enquanto tal, sancionando um conteúdo de trabalho socialmente necessário – o que, por sua vez, coloca em perspectiva a inseparabilidade entre produção e circulação na configuração e imposição da lei do valor.

É por meio do dinheiro que se objetiva, então, a divisão social do trabalho como processo ratificado pela troca de mercadorias. É nesse momento, e por meio desse mecanismo, que trabalhos privados, aparentemente independentes, fazem-se sociais, movimentando no tempo a contradição privado-social característica dos processos de trabalho. É isso, pois, que permite ao dinheiro cristalizar enorme poder social como “penhor mobiliário da sociedade” (MARX, 2011, p. 108.), caracterizando, em vista de sua “propriedade social simbólica” (Ibid), o estranhamento típico de “uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p. 147). Desse modo, “a potência social torna-se potência da pessoa privada” (Ibid, p. 206).

A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no valor de troca, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devêem uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o valor de troca, ou este último por si isolado, individualizado, dinheiro. De outro lado, o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de valores de troca, de dinheiro. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso (MARX, 2011, p. 105)

É esse processo que possibilita, então, que, na sociedade capitalista, quase tudo possa se transformar em dinheiro na medida em que se torna vendável e comprável: “A circulação se torna a grande retorta social, na qual tudo é lançado para dela sair como cristal de dinheiro. [...] Como no dinheiro está apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, também ele, por sua vez, apaga, como *leveller* radical, todas as diferenças” (MARX, 2013, p. 205).

Um breve introdução à *Teoria dos Sistemas Sociais*

O tratamento do dinheiro em Luhmann (categorizado como o *meio de comunicação simbolicamente generalizado* do sistema econômico) não pode ser devidamente compreendido senão como parte do denso emaranhado conceitual por meio do qual articula sua *Teoria dos Sistemas Sociais*. Portanto, e assumindo o risco típico de esforços dessa natureza, faz-se imperativo um breve resgate de suas formulações⁶, ainda que não seja este o objetivo central desta discussão.

Ao buscar definir aquilo que singulariza o social, Luhmann, assim como os clássicos, mantém a ênfase descritiva da modernidade como diferenciação. Dessa forma sintonizado, aponta que a sociedade moderna não pode ser entendida senão como *sistema*, aqui definido como a diferença (funcional) que o separa de seu entorno/ambiente. O sistema é, pois, ele próprio, uma diferença.

Assim concebidos, tais sistemas funcionais (especializados na resolução de problemas específicos) são autônomos, ainda que interdependentes em sua integração sistêmica. Essa autonomia, ou fechamento operacional, é articulada como *autopoiese* – o sistema não tem nenhuma finalidade previamente estabelecida que não a constante auto-reprodução de si mesmo. A operação que permite essa reprodução auto-referenciada é a *comunicação*, ou seja, o processamento de informações entre um *Alter* e um *Ego* (compreendidos não como consciências individuais/sistema psíquicos –que para o autor são entornos do sistema social– e sim em termos da agência/comunicação sistêmica) de modo a possibilitar a *compreensão* (submetida ao par binário sim/não) que essa transmissão enseja.

Para além da relação sistema-entorno, ressalta-se que, ainda que fechados operacionalmente, os sistemas relacionam-se entre si, participando na evolução e diferenciação uns dos outros (um sistema é sempre entorno para outro). Essa relação se dá por várias razões, em especial devido à crescente diferenciação e complexificação social, que levam os sistemas a ampliarem intercâmbios informacionais e mesmo a contribuírem reciprocamente quando se impõe, devido à fragmentação funcional em sociedades

⁶ Para panoramas didáticos da Teoria dos Sistemas Sociais ver Neves (1997) e Rodrigues; Neves (2012). Do próprio autor ver Luhmann (1996, 2007).

modernas, a exigência de funções mútuas. A essa relação entre sistemas define-se como *acoplamento estrutural*, conforme detalha Luhmann:

O conceito de acoplamento estrutural precisa que no fechamento operacional a causalidade seja canalizada de tal maneira que exista certa coordenação ou integração entre sistema e entorno, sem que se tenha que renunciar à radicalidade do fechamento da operação. Justo porque os sistemas estão fechados com respeito a seu operar podem ser influenciados mediante acoplamentos estruturais, ao menos no longo prazo (1996, p.94).

Isso posto, é a comunicação, como operação, que possibilita a diferenciação do sistema de seu entorno e mesmo a diferenciação interna ao próprio sistema (na configuração de sub-sistemas), possibilitando-o, assim, existir como tal. O horizonte operativo dos sistemas, por seu turno, é estabelecido pelo *sentido*, que limita as possibilidades da comunicação em função de si (como um modo de garantir a reprodução do sistema, refletindo pares como verdadeiro/não verdadeiro, bom/mau, justiça/injustiça). Em outra via, o próprio sentido é também atualizado em função das comunicações bem sucedidas inscritas na memória sistêmica, não sendo, portanto, arbitrário. É por meio do sentido, pois, que o sistema social é levado a reduzir complexidades (do entorno e suas próprias), trançando diferenças e atualizando, por meio da comunicação, sua própria composição em termos de seleções entre o que faz e não faz sentido (para o sistema), expulsando ou incorporando, dessa maneira, elementos em relação ao seu entorno. O sistema reproduz-se, então, absorvendo irritações e perturbações provenientes do entorno, que são reelaboradas internamente por meio da operação de comunicação, o que possibilita, ou não, a própria alteração/reconfiguração do sistema como um todo.

A comunicação que encerra como tal o sistema, no entanto, não ocorre sem dificuldades. Ao contrário, para Luhmann (2001), a comunicação é um evento altamente improvável. Essa improbabilidade se impõe por conta de problemas de compreensão (nem sempre se compreende o que se quer dizer), de afastamento espaço-temporal (quando a comunicação se perde em ruídos que a separa de seus contextos e condições iniciais) e, por fim, de aceitação (quando não se obtém o resultado esperado na contraparte).

De modo a superar sua improbabilidade, a comunicação engendra, dentre outros mecanismos (como linguagens, tecnologias e meios de difusão), os chamados *meios de*

*comunicação simbolicamente generalizados*⁷, que possibilitam generalizar sentidos entre os entes mobilizados na comunicação, tornando-a uma possibilidade. Eis que chegamos finalmente ao dinheiro, aqui conceituado como o meio de comunicação s.g. característico da economia enquanto sistema social auto-referenciado.

Dinheiro como meio de comunicação em Luhmann

De acordo com Luhmann (1976), as referidas generalizações de sentidos produzidas pelos meios de comunicação s.g. são utilizadas para simbolizar a relação entre seleção e motivação. Com isso permite-se ao sistema, ao transformar seleção (de informações) em motivação, reduzir as próprias possibilidades de seleção, tornando mais provável a comunicação. Assim, “com tal rigidez de reprodução, atribuindo-se códigos a cada evento da comunicação, o sistema produz uma rede recursiva baseada em eventos anteriores codificados – tal rede é a autopoiesis do sistema” (RODRIGUES; NEVES, 2012). Dessa forma, os meios de comunicação s.g. “employ their selection pattern as a motive to accept the reduction, so that people join with others in a narrow world of common understandings, complementary expectations, and determinable issues” (LUHMANN, 1976, p. 512). Trata-se, então, de um mecanismo de redução de complexidades.

Como exemplos de meios de comunicação s.g podemos citar o poder, a verdade científica, o amor, a arte, os valores. Em comum, todos eles possibilitam restaurar a probabilidade da comunicação: *Ego* aceita uma ordem de *Alter* por este deter poder; *Ego* aceita a afirmação de *Alter* de que a gravidade é uma força por ser uma verdade científica e assim por diante. O dinheiro é mais um desses meios. Conforme explica o autor:

Los medios de comunicación simbólicamente generalizados pueden garantizar la aceptación de comunicaciones con altas pretensiones, aun en condiciones improbables; esto lo logran condicionando los motivos de aceptación y haciéndolos esperables a través del condicionamiento. A la base de todo esto está un proceso de disgregación y recombinación, es decir, un enorme incremento de posibilidades combinatorias que luego puede ir al encuentro de formas que vinculen a pesar de todo. El dinero es un buen ejemplo, pero la misma estructura es también propia del poder, que se cubre con la amenaza de utilizar la violencia física con aire de superioridad. (LUHMANN, 2006, p. 380).

⁷ Passaremos utilizar a partir daqui a abreviação s.g para simbolicamente generalizados.

É o dinheiro como meio de comunicação que possibilita a codificação da propriedade no sistema econômico, na medida em que permite que a cada objeto seja atribuído um valor monetário. Essa codificação faz-se necessária para embasar o intercâmbio de bens, possibilitado, ademais, pela primeira e mais fundamental forma de diferenciação da economia: a propriedade (ter/não ter). Por meio dessa codificação a propriedade é, então, monetarizada, permitindo que os bens sejam vistos como mercadorias, ou seja, correspondentes a uma soma de dinheiro. Esse processo submete o valor positivo “ter” (propriedade) ao código pagar/não pagar (dinheiro), possibilitando, assim, a circulação da propriedade.

Conforme aponta Corsi et. al (1996, p.89), a monetarização leva a uma “duplicação da escassez”, ampliando ao domínio do dinheiro a escassez de bens (o dinheiro passa a ser escasso antes que as mercadorias, uma vez que bastará tê-lo para comprá-las). Partindo do diagnóstico de que o dinheiro não é simplesmente a soma que está em poder dos bancos, mas o conjunto de propriedades consideradas desde o ponto de vista da liquidez, essa “universalização da escassez”, de acordo com os autores, se explica pelo fato de que sempre se necessita de mais dinheiro, ainda que não se tenha necessidade de um determinado bem. Conforme explica Pahl:

While pre-modern money serves various functions but fails to establish a solid sphere of pure economic values, modern money is a totalizer of a function-specific perspective. This switch presumes what Luhmann (1995: 456) has called *over-determination of property by money* (“Zweitcodierung des Eigentums durch das Geld”). He introduces this term in order to describe the fact that property itself is more and more affected by, and incorporated into, economic purposes. (PAHL, 2006, p.84, grifos do autor)

Seguindo esse modelo de análise, Luhmann aponta, então, a distinção pagamento/não pagamento como a operação básica que possibilita a diferenciação e reprodução do sistema econômico moderno. A partir dessa leitura, o sistema econômico emerge gradualmente com a constituição de cadeias recursivas de operações monetárias; a economia capitalista moderna autonomiza seu funcionamento produzindo estruturas temporais e espaciais próprias, no interior do sistema econômico, em contraste à economia pré-moderna, que era integrada ou incorporada a outras esferas sociais. Assim, no que concerne a relação sistema-sistema, a economia passa a responder a irritações (*inputs*) filtrando-as no nível de suas operações autopoieticas, ou seja, a partir de suas estruturas

internas, sem que estas sejam afetadas por tais irritações. Dito de outro modo, a resposta usual a distúrbios políticos, culturais, normativos, entre outros, direcionados à economia se traduz em seus próprios termos (econômicos): na linguagem dos preços. Dessa forma, conforme depreende-se da análise que segue, a gênese do dinheiro, como base ou substrato comunicativo, confunde-se, em Luhmann, com o próprio surgimento do sistema econômico moderno, em sua autonomização face a outros sistemas sociais.

Las primeras monedas no se acuñan con el fin del intercambio, sino que sirven de unidades de cálculo en el contexto de las economías domésticas. El dinero se usa primero como signo de las relaciones desiguales de prestación y, hasta cierto punto, como un sustituto del agradecimiento. Cuando una cantidad suficientemente grande de piezas de dinero llega a estar disponible y el desarrollo de la economía de intercambio amenaza estancarse por la dificultad de encontrar bienes proporcionados para el trueque, se logra diferenciar una economía monetaria, aunque al inicio la importancia y la complejidad de las transacciones haya sido escasa. Con la diferenciación de una economía basada en monedas de dinero se llega rápidamente al desarrollo económico, que no se deja retroceder al estado inmediatamente anterior ni al descubrimiento de las monedas, sino que da por supuesta su propia red recursiva, la cual tiene la capacidad de aceptar dinero siempre que venga garantizado con valor (LUHMANN, 2006, p. 350).

Alguns encontros e desencontros entre Marx e Luhmann a partir do dinheiro

Em nossa aproximação, articulada a partir do dinheiro como ponto focal, um conjunto de encontros e desencontros entre Marx e Luhmann salta a um primeiro olhar. Seria insatisfatório criticar qualquer uma dessas formulações a partir de uma perspectiva externalista, levada à cabo na adesão apressada de uma posição em detrimento de outra. De outra forma, não menos indesejável seria produzir uma mera bricolagem entre tais conceitos-chave sem levar em conta que são formulados a partir bases epistemológicas distintas. O que aqui se pretende, distintamente, na direção um debate teórico profícuo, é mapear pontos de diferença e similitude para, com isso, estimular provocações mútuas, insights e sugestões que possibilitem aprofundar a questão em outras direções.

Longe de reivindicar ineditismo absoluto, faz-se necessário apontar que alguns autores já tem se empenhado em realizar nesses mesmos termos o esforço aqui ambicionado, ainda que chegando, naturalmente, a resultados distintos. É caso de Pahl, que aproxima Luhmann e Marx em seus contrastes em relação ao pensamento liberal clássico: ambos pensam o dinheiro e a economia para além do comportamento dos agentes.

Luhmann's position thus stands in sharp contrast to central assertions of today's dominant economic schools. For example, both neoclassical orthodoxy and modern economic institutionalism refer to anthropological assumptions in order to grasp economic affairs. While neoclassical orthodoxy tends to regard the modern economy as a direct outcome of rational behavior, economic institutionalism regards the rise of capitalism and its triumph in the western world as an outcome of the successful correlation of economic institutions with fundamental human traits. Both Marx and Luhmann are far less affirmative concerning modern society's character (although they differed broadly in their opinions on chances to intervene) (PAHL, 2006, p. 85).

Na busca manifesta por ressaltar as tonalidades críticas da teoria social luhmanniana, Bachur (2010) vai além ao propor que os conceitos de “capital e autopoiese são gêmeos siameses” (p.257). Nessa direção,

capitalismo e diferenciação funcional também são co-determinações de um mesmo fato histórico. O surgimento do capitalismo e a configuração da sociedade funcionalmente diferenciada são fenômenos tão indissociavelmente imbricados um no outro que talvez fosse possível dizer que o capitalismo somente pode ser perfeitamente compreendido à luz da teoria da diferenciação funcional de sistemas sociais, da mesma forma como essa diferenciação adquire maior densidade histórica quando observada a partir da consolidação do capitalismo (Ibid, p.258).

Circunscritos aos limites de nossa análise articulada a partir do dinheiro, não estamos credenciados a ir longe ao ponto de sancionar uma complementariedade tão enfaticamente destacada. Esperamos, no entanto, ressaltar alguns aspectos que contribuam para sua reflexão. À eles, pois.

Dentre a mais notável das congruências entre os autores a respeito do dinheiro está a pronta negação de concepções articuladas a partir da exogeneidade e neutralidade da moeda⁸, largamente presentes no pensamento ortodoxo e no *mainstream* econômico atuais. Aqui, para ambos, longe de um “véu” a encobrir a natureza das trocas em uma economia de mercado sempre articulada a partir de sua tendência ao equilíbrio, a economia, tal qual a conhecemos, não só não existiria sem o dinheiro como, ademais, é organizada fundamentalmente em torno de sua gestão e controle, algo que produz coordenação e funcionamento do sistema de trocas, mas também tensões, descolamentos e desencaixes. Para além de uma mera “técnica” ou “mercadoria” particular, o dinheiro é pensado, então, em sua dimensão sócio-relacional. Tanto em Marx como em Luhmann, o capitalismo não pode ser entendido senão (ainda que não só) como uma economia monetária.

⁸ Para uma discussão aprofundada a respeito da neutralidade *versus* não-neutralidade da moeda como elemento de distinção entre ortodoxia e heterodoxia no pensamento econômico ver Mollo (2004).

Tal encontro efêmero entre os autores, ainda que não desprezível, não é capaz de esconder as marcadas divergências entre eles nesse particular. Se o dinheiro pode ser compreendido como um mecanismo de “codificação” em ambos –do valor em Marx, da comunicação no sistema econômico em Luhmann–, é precisamente os significados de tal “codificação” que apontam para o antagonismo em tela. Não há em Luhmann nenhuma menção ao trabalho mobilizado na produção de mercadorias como elemento constitutivo do valor, por meio do qual, para Marx, o dinheiro se apresenta. Se em Marx, a relação/convenção social, ancorada na materialidade do modo de produção, figura como a “substância” do dinheiro, não há em Luhmann substância alguma. A “convenção social” aqui (e sequer caberia tratar nesses termos os chamados meios de comunicação simbolicamente generalizados, que em verdade são “tecnologias comunicativas”) não é mais do que um arranjo contingente a contribuir para operacionalização da comunicação no sistema; produto de uma adaptação que permitiu, como mecanismo de redução de complexidade, a emergência do sistema econômico enquanto tal, diferenciado em relação ao seu entorno. Conforme aponta Bachur (2010, p.258), aqui “fica clara a inversão de perspectiva proporcionada pela teoria de sistemas sociais: ao invés de tomar a mercadoria como modelo de análise da comunicação, toma-se a comunicação como modelo de análise da mercadoria”.

Mas como num movimento pendular, essa diferença nos leva para outro ponto de contato: dinheiro e mercadoria estão intimamente relacionados em ambas formulações. Em Luhmann é o dinheiro que monetariza a propriedade transformando-a em, e possibilitando-a circular como, mercadoria. Em Marx, é no confronto entre mercadorias por meio do dinheiro que o valor é realizado ou, dito de outro modo, é por meio do dinheiro que é resolvida a contradição privado-social constitutiva das mercadorias como produtos do trabalho. Novamente a aproximação demarca as diferenças em jogo. A *sobredeterminação da propriedade pelo dinheiro* em Luhmann nada mais é, em Marx, do que uma outra forma de descrever a diferença entre valor de uso e valor de troca das mercadorias (e a submissão do primeiro ao segundo) no interior de uma economia monetária, algo que não faria, no entanto, sentido algum para aquele.

Salta em ambos, ainda, conforme largamente apontado na literatura, o diagnóstico a respeito da autonomização funcional da economia capitalista moderna que, distintamente

das economias pré-modernas (integradas ou indistintas socialmente), produz suas próprias estruturas temporais e espaciais de funcionamento, bem como seus mecanismos internos de integração/diferenciação expansiva.

Se é verdade que a gênese do dinheiro, ou melhor dito, de um sistema monetário complexo, é uma das bases ou substratos do próprio surgimento do sistema econômico moderno em ambos os autores, reside precisamente na articulação da explicação desse ponto a maior fragilidade da formulação luhmanniana, que escorrega, conforme veremos, no hipostasiamento da dimensão monetária da economia, subsumindo a ela todas as demais. Vejamos.

Um elemento subjacente que aponta para a diferença estrutural entre os autores está situado no modo de como concebem logicamente a economia de mercado em termos funcionais. Em Luhmann, sua caracterização como um sistema de “gestão da escassez” aponta para uma adesão à concepção naturalista da economia, característica do pensamento econômico ortodoxo. A aceitação direta ou indireta dessa *raison d'être* do pensamento *mainstream* –o postulado de que à economia compete equacionar recursos limitados para atender a necessidades humanas infinitas– acaba por restringir de partida o alcance e potencialidade de suas formulações sobre o dinheiro. É que na moderna economia de mercado, caracterizada pela produção de bens por meio do trabalho social humano, os recursos não são escassos, exceto em relação ao que Marx denomina “produtos da terra”, essa sim uma real escassez, não raro ignorada por distintas correntes do pensamento econômico. Ao contrário, os recursos são, como se sabe, abundantes. Da mesma forma, não se pode dizer, em absoluto, sob pena de subscrevermos a uma pueril e anacrônica abstração de “natureza humana”, que em si ignora um sem número de aspectos históricos e sociais, que as necessidades humanas são infinitas⁹. Em uma economia de mercado, orientada pela produção do *excesso*, o problema desloca-se, então, para sua dimensão sócio-política/redistributiva, ou seja, para a fabricação social da escassez no interior de formas particulares de organização da vida produtivo-material como mecanismo de poder e controle. Portanto, a aceitação desse clássico postulado por parte de Luhmann, ainda que

⁹ Nos marcos do anti-humanismo teórico luhmanniano não caberia ler a escassez supostamente constitutiva da gestão econômica a partir das necessidades “humanas”, mas sim do ponto de vista da reprodução do sistema. Apesar dessa diferença importante, a adesão ao paradigma da escassez como chave de compreensão do sistema econômico acaba por aproximá-lo, em termos teóricos, do pensamento econômico liberal clássico.

de forma indireta – já que abrindo mão de qualquer conceituação a respeito da “natureza humana” – , acaba por impactar negativamente na constituição de sua estrutura analítica a respeito do dinheiro.

Conforme citação acima mobilizada (p.9), Luhmann (2006) traça a gênese da diferenciação da economia, ou sua autonomização em relação a outros sistemas sociais, a partir do dinheiro como recurso comunicativo. Para isso mobiliza um argumento curioso e empiricamente duvidoso, a ser: quando uma quantidade suficiente grande dinheiro se torna disponível, passa a pressionar a economia de intercâmbio com a falta de bens de troca correspondentes, o que, por sua vez, enseja a necessidade do surgimento (diferenciação) de uma economia monetária *per se*. Com a diferenciação da economia montearia se chega, enfim, ao rápido desenvolvimento econômico que permite aprofundar a possibilidade de aceitação de dinheiro sempre que venha garantido com/como valor. Dito de outra forma, é como se a complexa economia moderna, originada nas entranhas de uma economia monetária de circulação simples, fosse, na verdade, produto de uma grande e generalizada inflação (sistêmica).

Essa conclusão não é ocasional. Para além de um deslize ou particularismo qualquer, dessa forma articulada, a explicação guarda, sabemos, relação íntima com a rigorosa conceituação de Luhmann a respeito do mecanismo de diferenciação funcional em geral: sempre vinculado a certa inflação informacional que ensejará a redução de complexidades no âmbito dos processo comunicativos, que, por fim, possibilitará a diferenciação sistema-entorno (que, novamente, produzirá outras complexidades).

Se é da transição do mercantilismo e capitalismo comercial para o capitalismo industrial de que se fala, alguns ajustes fazem-se necessários retrocedendo à história antiga:

É evidente – e fica claro em um exame mais detido da época histórica aqui em questão – que, de fato, a época da dissolução dos modos de produção precedentes e das formas anteriores de comportamento do trabalhador em relação às condições objetivas do trabalho é ao mesmo tempo uma época em que a fortuna em dinheiro, por um lado, já se desenvolveu em certa extensão e, por outro, cresce rapidamente e se amplia em virtude das mesmas circunstâncias que aceleram aquela dissolução. Ela própria é ao mesmo tempo um dos agentes daquela dissolução, assim como aquela dissolução é a condição de sua transformação em capital. *Mas a simples existência da fortuna em dinheiro, e até mesmo a obtenção de uma espécie de supremacia de sua parte, de modo algum é suficiente para que ocorra aquela dissolução em capital.* Caso contrário, Roma antiga, Bizâncio etc. teriam

encerrado a sua história com trabalho livre e capital ou, antes, inaugurado uma nova história. Também ali a dissolução das antigas relações de propriedade estava associada ao desenvolvimento da fortuna em dinheiro – do comércio etc. Entretanto, em lugar de levar à indústria, essa dissolução levou de fato ao domínio do campo sobre a cidade (MARX, 2011, p. 416, grifos nosso).

Na mesma direção, cumpre adicionarmos que as modernas funções do dinheiro como medida de valor, meio de circulação e instrumento de entesouramento já existiam em economias consideradas pré-capitalistas. Mais do que isso, conforme argumenta Marx, o capitalismo industrial só pode se desenvolver como tal a partir do encontro de condições relativamente particulares que permitiram certa sincronização entre produção e circulação de mercadorias na via de uma sistematicidade dinâmica própria.

Diferentemente do que aponta Luhmann, portanto, não se pode depreender a evolução da economia monetária simples em economia capitalista industrial moderna apenas por meio do dinheiro. Conforme sustenta Pahl (Ibid), o surgimento do capitalismo industrial moderno é mais bem explicado, em termos de contingência ou improbabilidade, como um “encontro casual” entre vários fatores.

Esse encontro contingente, conforme nos relembra o autor, se dá historicamente a partir de dois pré-requisitos fundamentais: de um lado uma desenvolvida esfera de circulação (que avança com o mercantilismo e a constituição do sistema colonial), de outro a separação entre trabalho e propriedade (dos meios de produção) que força, no bojo do medievo tardio e das revoluções políticas do período, a constituição de uma classe de trabalhadores livres possibilitados e forçados a vender seu trabalho como mercadoria. A partir desse marco, por mais produtivo que seja o esforço intelectual em questão, faria pouco sentido pensar dinheiro, capital e valor senão nas articulações (sistêmicas) que possuem entre si. Quer dizer, se em Marx o capitalismo pressupõe uma economia monetária, aquele não pode ser reduzido a esta. É, antes, um sistema produtivo, ou melhor dito, um modo de organização social da produção.

A partir desse entendimento, podemos voltar à formulação de Bachur que lê os conceitos de capital e autopoiese como “gêmeos siameses”, ao que justifica da seguinte forma:

“ambos representam circuitos operativos fechados, lógicas objetivas de auto-referência estruturadas por processos de produção, circulação e acumulação. É possível dizer que *ocorrera com a escrita algo equivalente ao que se passou com a*

mercadoria: o momento em que as mercadorias deixam de ser produzidas por seu valor de uso e passam a ser produzidas apenas por conta de seu valor de troca pressupõe não apenas a propriedade privada e o contrato, mas, sobretudo, a generalização da economia monetária, o dinheiro – o capital só se autonomiza quando pode circular entre o dinheiro e a mercadoria sem se fixar em nenhum deles. O trabalho assalariado é a tecnologia social que permite essa passagem” (BACHUR, 2010, p.257).

Se o encontro parece bem amarrado conceitualmente, fica evidente a partir do entendimento particular de Luhmann a respeito do dinheiro, descolado de qualquer vinculação ao trabalho assalariado (algo inconcebível para a conceituação de capital em Marx) não ser este o caso. Ainda que a inferência de Bachur não seja incorreta em termos do quadro marxiano, não parece certo encontrar correspondência ou anuência entre essa e as premissas de base do quadro categorial luhmanniano. Aqui articulada apenas em termos da operacionalidade da comunicação, a autopoiese “do capital” – ou o capital como autopoiese – não remete de forma alguma ao trabalho assalariado (nem mesmo como “tecnologia social”), aspecto em relação ao qual o capital, como tal, e mesmo o dinheiro de crédito moderno não poderiam ser concebidos em Marx – já que, neste autor, não é possível falar em uma autonomia plena, senão apenas relativa e, por isso, sempre problemática, entre tais dimensões. Desse modo, verificar certa autorreferencialidade no circuito do capital não necessariamente enseja sua identificação como autopoiese, ao menos não na forma em que é mobilizada no interior do pacote conceitual construído por Niklas Luhmann. É que para este autor faria pouco ou nenhum sentido a existência de uma “contradição” entre capital e trabalho.

Poderíamos ir além, novamente com base em PAHL (2006, p.84), apontando para a diferenciação entre Luhmann e Marx referente à própria conceituação de capital – algo que exigiria o aprofundamento em outra ocasião, visto exceder as limitações e propósitos deste trabalho, restrito ao dinheiro. Esquematicamente, no entanto, caberia destacar que enquanto para Marx o capital é fundamento ou princípio do sistema econômico *in toto*, Luhmann o entende como uma determinação específica da gestão/tratamento do código pagamento/não pagamento na economia, no nível secundário daquilo que denomina “programas” (LUHMANN, 1988 apud PAHL, 2006, p. 94). Seguindo na mesma direção, rejeita, ainda, qualquer conceito de mais-valor (base operativo-conceitual de existência do capital em Marx), mantendo-se prezo (como ademais a economia *mainstream*) ao nível dos

preços empíricos.

Faz-se evidente, por fim, a não complementariedade dos conceitos em tela (mesmo que aparentemente análogos) em relação aos distintos quadros teórico-epistemológicos em que estão situados.

Considerações finais

Apresentamos neste trabalho um breve panorama das formulações de Karl Marx e Niklas Luhmann a respeito do dinheiro no bojo de suas construções teóricas mais amplas a respeito da economia capitalista moderna. Feito esse breve resgate, elencamos alguns encontros e desencontros entre os autores, novamente, a partir do dinheiro como ponto privilegiado de análise.

Em comum, ambos os autores dirigem seus esforços no combate às conceituações, atualmente hegemônicas, do dinheiro como neutro e exógeno. Em geral, tais concepções estão vinculadas a abstração da economia moderna como uma variante do modelo de troca simples, sempre tendente ao equilíbrio, movida por escolhas maximizadoras de ganhos levadas à cabo por agentes racionais plenos e perfeitamente informados em suas ações econômicas. Nessa interpretação, o dinheiro não passa de um “véu” a encobrir a verdadeira natureza da economia real, não afetada em suas variáveis realmente econômicas (como emprego, consumo, capacidade produtiva, etc.) pela dimensão monetária.

Ainda que encontrem-se, nesse particular, ao negarem, de certo modo, o modelo acima descrito, afirmando a dimensão social-relacional do dinheiro, ficam evidentes as incongruências de base entre os autores no que se refere à diferença entre economia e sociedade ou, dito outra forma, entre sistema e ambiente/entorno, algo que aponta para a necessidade de enquadrarmos criticamente o real significado de tais “acordos”. É que as diferenças em questão podem ser verificadas também a partir do mapeamento de seus aparentes encontros, sempre limitados e tensionados em termos desses desacordos teórico-epistemológicos de fundo. Foi o que buscamos evidenciar a partir deste breve exercício centrado no dinheiro.

Isso não deve servir, no entanto, para desencorajar qualquer esforço de irritação mútua entre esses dois sistemas de pensamento mas, ao contrário, para informá-los naquilo que tem de potencialmente profícuo e/ou problemático. Trata-se de apontar a necessidade

de refletirmos, a partir e além dos autores, questões como o sistema monetário ou a dimensão sistêmica das finanças contemporâneas, por exemplo, sem deixar escapar do quadro de análise tais tensões, em especial no que se refere ao papel conferido ao capital (e ao dinheiro) em sua dimensão global e sistêmica.

Referências Bibliográficas

BRUNHOFF, S. **Marx on Money**. New York: Urizen Books, 1976.

DODD, N. **The Sociology of Money**: Economics, reason and contemporary society. Cambridge: Polity, 1994.

_____. **The Social Life of Money**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2014.

KNOOR CETINA, K.; PREDA, A. (eds). **The Sociology of Financial Markets**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

_____. **The Oxford Handbook of the Sociology of Finance**. New York: Oxford University Press, 2013.

LUHMANN, N. Generalized Media and the Problem of Contingency. In: Jan J. Loubser, Rainer C. Baum, Andrew Effrat, Victor Meyer Lidz (eds). **Explorations in General Theory in Social Sciences**. Vol. 2. New York, 507-532, 1976.

_____. **Trust and Power**. Chichester: John Wiley & Sons, 1979.

_____. **Introducción a la teoría de sistemas**. México, D.F.: Anthopos, 1996.

_____. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Veja, 2001.

_____. **La sociedad de la sociedad**. México: Iberoamericana/Herder, 2007.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital, v. I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOLLO, M.L.R. A relação entre Moeda e Valor em Marx. **Revista de Economia Política**, vol. 11, n.2, abril-junho, 1991, p. 40-59.

_____. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, vol. 24, n. 3(95), julho-setembro, 2004.

_____. Valor e Dinheiro nos Grundrisse: uma discussão contemporânea. In de Paula (Org.). **O Ensaio Geral: Marx e Crítica da Economia Política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2010.

NEVES, C. **Niklas Luhmann: A nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Goethe-Institut, 1997.

PAHL, H. On the Unity and Difference of Finance and the Economy – Investigations for a New Sociology of Money, in: Torsten Strulik, Helmut Willke (Orgs.). **Governance in a Knowledge-Intensive Financial System. Towards a Cognitive Mode in Global Finance**. Frankfurt/M., New York: Campus, 2006, p. 70-103.

RODRIGUES, L.P; NEVES, F.M. **Niklas Luhmann: A sociedade como sistema**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

RUBIN, I. I. Abstract Labour and Value in Marx's System. **Capital & Class**, 5, pp. 107-140, 1978.

SAAD-FILHO, A. **O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. London; New York: Routledge, 2011.

WEEKS, J. **The Irreconcilable Inconsistencies of Neoclassical Macroeconomics: A false paradigm**. London; New York: Routledge, 2012.